

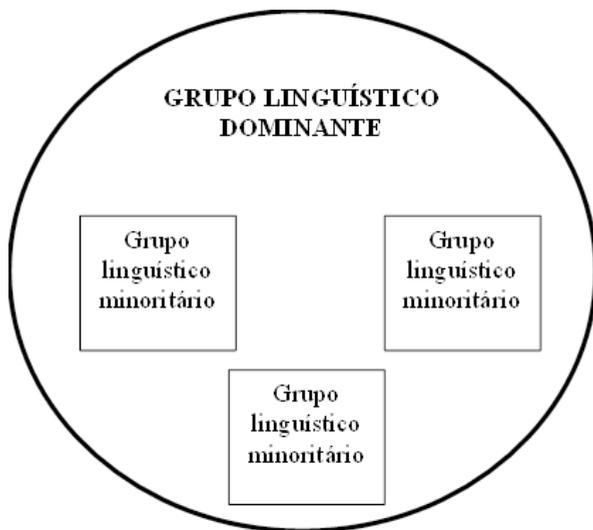
O PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA, ATITUDES LINGUÍSTICAS E PRECONCEITO LINGUÍSTICO: QUE RELAÇÃO É ESSA?

Priscila Evangelista Morais e Lima

1. O PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA: VISÃO GERAL

Diversas nações no mundo são classificadas como países essencialmente monolíngues, ou seja, uma única língua é utilizada pelos membros da comunidade, como é o caso dos Estados Unidos, da Alemanha e do Brasil. No entanto, é fato que existem subgrupos linguísticos dentro de tais nações, nas quais há a presença de um grupo linguístico dominante e de grupo(s) linguístico(s) minoritário(s), conforme ilustração a seguir:

Figura 6.1 – Grupos linguísticos dentro de um país



Fonte: elaborada pela autora.

Conforme podemos ver na figura anterior, infere-se que existe uma política linguística dominante que busca governar os demais grupos. Em geral, os grupos linguísticos minoritários são caracterizados por variedades não-padrão, sendo por vezes estigmatizadas dentro de sua própria comunidade. Daí temos o que Milroy (2007, p. 133) chamou de *ideologia da língua padrão*. De acordo com o autor, as posições ideológicas de poder de uma forma tida como padrão governam as atitudes linguísticas de um falante. O objetivo dessa padronização é a uniformidade ou a invariância (Milroy, 2007 p. 133). Ainda segundo o autor, a eleição da variante padrão de uma determinada forma linguística é influenciada por fatores fora do próprio processo de padronização, e a união desses fatores é que constituirá a ideologia padrão (Milroy, 2007). A difusão dessa ideologia, segundo ele, tem como características a noção de uma forma “correta”, a importância da autoridade, a relevância do prestígio e a ideia de legitimidade.

Milroy (2007) trata exatamente dos aspectos levados em conta no processo de padronização de uma língua. Como mencionamos anteriormente, ele afirma que a escolha de uma forma linguística em detrimento de outra se dá por fatores externos à própria padronização. Assim, um questionamento nos vem à tona: quais seriam esses fatores externos à padronização que exercem uma influência tão forte a ponto de refletir na escolha da forma linguística padrão? A resposta para essa pergunta nos dá indícios das prováveis causas geradoras dessa padronização.

Nossa proposta é, portanto, dissertar sobre essas causas. Para tanto, partiremos das conceituações propostas pelo referido autor.

A primeira delas, a noção de uma forma “correta”, diz respeito à ideia de correção, ou seja, existem formas linguísticas certas e outras erradas. Segundo Milroy (2007, p. 135), esse conceito ainda é mais rígido quando se trata de pronúncia. Assim, como os falantes nem sempre consentem na variação da pronúncia, temos a manifestação da cultura da língua padrão. Em nossa pesquisa, informantes de diferentes mesorregiões do estado da Paraíba apresentaram o falar característico do interior como “errado”. Vejamos alguns depoimentos:

Informante 17: “É... muitas vezes eu erro e (sic) como é típico aqui do interior, eu num digo as palavras corretamente, sabe? Maneira mesmo de falar. Quando eu falo muito rápido, aí, tipo, ‘mesmo’, ‘mermu, né? Engulo muito assim.”

Informante 21: “Sim. A maneira de se pronunciar. Porque o português eu acho que num é correto (risos)”

Como consequência, quem usa formas linguísticas não padrão é facilmente discriminado. Quando questionados se alguém já havia criticado, elogiado ou comentado a respeito da sua forma de falar, os informantes responderam afirmativamente:

Informante 23: “Sim, a resposta anterior cabe bem nessa também, quando as pessoas elas não tão muito acostumadas com o nosso sotaque e ou conhecem alguém ou vem à nossa região eles sempre riem, elas sempre comenta comentam do nosso sotaque.”

Informante 24: “Das formas (sic) das poucas vezes que viajei, sim, eles estranham bastante a forma que a gente fala.”

Conforme o próprio autor aponta, no geral as pessoas que utilizam formas não padrão pertencem a grupos sociais menos favorecidos, e, desse modo, a consequência do julgamento linguístico é a discriminação destas. Corroborando essa assertiva, vejamos o relato de um dos participantes da pesquisa:

Informante 25: “[...] Por exemplo, se... Em São Paulo eu nunca fui, mas... pronto, eu fui à Foz do Iguaçu e eu percebi que as pessoas lhe olha meio estranho. Quando você vai falar e nota que você é da Paraíba, nordestino, no caso, e fica lhe julgando, lhe olhando estranho, entendeu?”

Ao narrar sua ida ao Sul do país, ele observou que, ao falar, as pessoas o julgaram negativamente, olhando estranho, pelo único fato de ser nordestino/paraibano. Aqui vemos um claro caso de julgamento linguístico encobrindo um julgamento social, tema sobre o qual falaremos mais adiante.

2. A INFLUÊNCIA DE FATORES EXTERNOS NO PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA: CAUSAS GERADORAS

Com efeito, podemos dizer, que uma das prováveis causas geradoras da padronização são as **pressões sociais**. Sob essa perspectiva, a língua é vista apenas como um produto coletivo e puramente cultural, não levando em conta o seu aspecto individual e cognitivo. Nessa ótica, a coletividade exige a uniformidade, ou seja, as estruturas linguísticas têm de estar de comum acordo entre seus usuários. Todavia, nessa concepção, a língua termina por refletir a escolha de apenas algumas pessoas com autoridade suficiente para impor as normas de linguagem para os demais pares.

Aqui, retomamos a Figura 6.1, na qual o grupo linguístico dominante detém o poder de “ditar as regras”. Sabemos também que, quase que categoricamente, essa classe dominante é formada por um pequeno número de pessoas, sendo elas pertencentes a alguma das seguintes categorias da sociedade: ricos, intelectuais, políticos, entre outros. Assim, podemos dizer que a normatização linguística reflete os anseios (que estão muito longe de serem puramente linguísticos) desse “seleto” grupo.

Conforme Milroy (2007) apresenta, é inadmissível discriminar as pessoas por causa de etnia, classe social, religião etc.; no entanto, segundo ele, vemos abertamente a discriminação por motivações linguísticas. Para esse linguista, o efeito da discriminação linguística é discriminar as minorias étnicas e os grupos sociais menos favorecidos.

Concordamos com Milroy (2007) quanto à interrelação dessas motivações, todavia acreditamos que o preconceito linguístico não apenas resulta no preconceito social, mas o encobre. Em outras palavras, é como se os sujeitos fizessem uso da “permissão” do julgamento linguístico para avaliar socialmente seu interlocutor, pois, no geral, os falantes da forma não-padrão pertencem às classes sociais mais baixas ou a localidades estigmatizadas. O próprio autor argumenta que é socialmente aceito discriminar, em uma situação de emprego, por exemplo, pessoas que usam formas não padronizadas. Contudo, se formos analisar o perfil desse falante, não será surpresa vermos que ele pertence a algum tipo de grupo minoritário. E, mais uma vez, o exemplo dado pelo autor corrobora nossa proposição.

Vejam alguns depoimentos de nossos informantes justificando o porquê de acreditarem que as pessoas são julgadas pela sua forma de falar:

Informante 4: “Porque é... assim, muitas vezes a colocação das palavras, é a maneira que você, que você fala, né, muitas vezes a pessoa lhe julga se você é inteligente, né, assim (sic) até a sua classe social, muitas vezes é julgada pela forma que você fala.”

Informante 6: “Porque às vezes é, pela forma da região falar, é às vezes leva a crer às vezes que é um pouco pobre ou que é rico e nem sempre isso quer dizer nada.”

A partir desses pensamentos, observamos dois posicionamentos no que diz respeito ao julgamento linguístico: 1) avaliação da classe social do falante; e 2) discriminação regional.

Conforme os Informantes 4 e 6, as pessoas tendem a enquadrar seu interlocutor em determinada classe social, mediante sua forma de falar, conforme assevera o Informante 4: “*até a sua classe social, muitas vezes é julgada pela forma que você fala*”. Dessa forma, as assertivas “*a colocação das palavras*” e “*ou quando você fala errado*”, nas palavras dos participantes, indicam se a pessoa pertence a uma classe alta ou baixa, por exemplo. Também se estabelece o elo entre atributos de personalidade e a forma de falar (INF. 4: “*a maneira que você fala, né, muitas vezes a pessoa lhe julga se você é inteligente*”).

Uma questão que nos chamou a atenção foi o comentário do Informante 6, que afirmou que as pessoas também tendem a relacionar a forma de falar da região às condições financeiras do interlocutor. Aqui, temos um dado que corrobora nossa proposição, pois vemos claramente o julgamento linguístico encobrendo o julgamento social. Infelizmente, a relação região norte/nordeste = pessoas pobres *versus* região sul/sudeste = pessoas ricas parece ser senso comum no imaginário de muitos brasileiros. Todavia, conforme esse informante complementa, “*nem sempre isso quer dizer nada*”.

Outro fator considerado no processo de seleção, segundo Milroy (2007), é a autoridade. Na visão do autor, esse elemento diz respeito à preservação do idioma “puro”, isto é, sem influências de outras línguas. Para tanto, a língua padrão precisa ser codificada (nas palavras do referido linguista), e isso se dá na forma de dicionários, livros de gramática, entre outros, que detêm a “autoridade” no assunto. No entanto, ressalta Milroy (2007, p. 136), muitos dos autores de tais obras não são linguistas. Observamos aqui mais um agente externo motivador da padronização, a saber, a *diferenciação social*.

Entendemos a diferenciação social como a busca pela preservação da distinção de classes sociais, ou seja, a forma padrão deverá sempre pertencer ao grupo social mais alto e a difusão dessa variante se dá por meios que não alcançarão todos, pois, como bem sabemos, muitas pessoas ainda não têm acesso a livros e ao estudo de qualidade.

No tocante ao preconceito linguístico motivado pela questão da diferenciação social, temos os seguintes depoimentos:

Informante 11: “São. Às vezes são criticadas, né? Às vezes as pessoas tentam, é, fazer um padrão da fala, principalmente, assim, com o pessoal do Sul. Tentam se igualar.”

Informante 31: “Sim, principalmente, né, os nordestinos. Eu acho que esse sotaque nordestino, assim, que é mais diferenciado dos demais, eu acho que eles sofrem. As pessoas sofrem mais (sic).”

E por que você acha que isso acontece?

“Porque, justamente por ser diferente, mais diferente do que uma pessoa que fala carioca, fala paulista. Acho que isso.”

Na fala do Informante 11, vemos a tentativa de padronização de sua fala com base no modo de falar das pessoas do Sul. Já o Informante 31 apresenta o preconceito contra o falar nordestino, realçando a questão de o nosso sotaque ser “*mais diferente do que uma pessoa que fala carioca, fala paulista*” (*ibidem*). Segundo ele, esse seria o motivo para tal julgamento. Aqui temos um claro caso de discriminação regional.

É interessante notarmos o fato de que, mesmo com políticas públicas que visam à educação básica para todos, ainda há populações sem infraestrutura, meios de transporte, materiais e manuais escolares adequados, o que resulta em baixo rendimento escolar. Como exemplo, basta citar a realidade da zona rural nordestina e das crianças ribeirinhas da Amazônia.

Filgueiras (2016), ao realizar um estudo antropológico sobre a realidade de crianças ribeirinhas e quilombolas, constatou que, apesar da redução do analfabetismo nos últimos anos, por meio de programas de educação instituídos pelo Governo, muitos ainda só sabem assinar o próprio nome (IBGE, 2010). Segundo a autora, o motivo se dá devido às dificuldades de manutenção das escolas e dos professores, pois os prédios encontram-se em situações precárias, não há apoio pedagógico, entre outros. Ainda há a questão da diminuição do número de professores em virtude da baixa procura pela profissão ou do abandono da carreira. Observamos, assim, que a variante padrão dificilmente fará parte da realidade desses grupos e muito menos abarcará características peculiares a essas comunidades.

Ainda segundo Milroy (2007), outro fator levado em conta no processo de eleição da variante padrão é o prestígio. Para ele, o prestígio é uma propriedade dos falantes, e não da forma linguística em si. Assim, os usuários da língua geralmente o conferem prestígio às formas linguísticas utilizadas pelas classes sociais mais altas. Vemos a comprovação dessa assertiva nos depoimentos de alguns informantes quando questionados sobre se têm algum sotaque.

Informante 11: “Considero. A gente tem um sotaque assim, mais caipira que as outras pessoas.”

Informante 17: “Tenho. Acho que mais carregado, mais do interior mais, forte.”

Informante 26: “Sim, muito. Não sei. Amatutado, sei lá.”

Informante 35: “Eu acho que a minha forma de falar é uma forma normal pra região metropolitana aqui de João Pessoa. Num tenho tanto sotaque do interior não.”

Aqui temos uma clara associação da fala interiorana/caipira com um falar sem prestígio. Outro dado interessante é o fato de esses informantes assumirem ter um sotaque diferente do da capital, ou seja, “*mais carregado*” ou “*mais do interior, mais forte*” (Informante 17), estabelecendo novamente esse tipo de distinção. O Informante 26 assume possuir um sotaque “amatutado”, isto é, caipira, próprio do interior. Já o Informante 35 estabelece uma distinção entre a fala da região metropolitana de João Pessoa e a do interior, utilizando o termo “sotaque” para afirmar que não tem o “*sotaque do interior não*”. Esse dado mais uma vez vem corroborar a percepção, por parte do falante paraibano, de que os moradores do interior falam de maneira diferente dos moradores da capital, conforme vimos nos comentários dos participantes do Sertão e da Borborema.

Todavia, a partir desse informante, notamos uma diferenciação mais abrangente, a saber, o modo de falar da região metropolitana da capital paraibana. O que justifica tal posicionamento é o fato de ele ser morador da cidade de Santa Rita, um dos municípios que compõem tal região.

No entanto, Milroy (2007) argumenta que o prestígio é um conceito escorregadio, pois os falantes podem diferir na atribuição de prestígio a grupos particulares e, portanto, a usos particulares da linguagem. Desse modo, as variedades utilizadas por membros de grupos menos favorecidos sofrerão estigma.

Vemos, mais uma vez, o fator externo “diferenciação social” agindo no processo de padronização e causando o que chamaremos de relação *reverse*, isto é, o prestígio será conferido àqueles que fazem uso da variante padrão, ao passo que os falantes que utilizam formas não padrão serão estigmatizados. Esse termo retrata o convívio relacional de oposição entre os pares, no qual ressalta-se, de maneira negativa (consciente ou inconscientemente), a distinção de classes. Conforme a própria palavra sugere, é como se os membros de uma mesma comunidade, em vez de unirem forças para seguirem em direção da harmonia linguística, movessem-se para trás, ou seja, optassem pelo distanciamento da coexistência linguística. Esse fenômeno foi constatado em algumas falas dos informantes da pesquisa:

Informante 14: “Já riu. A maneira assim, de chamar as pessoas, o jeito, assim, bem mais da região [...]”

Informante 19: “Já (risos). Eu falo muito, é, tipo o português às vezes da gente, acaba com a gente, né? Assim... algumas maneiras da gente falar. Pronto, uma vez eu tava com uns meninos num restaurante, aí quando terminou, a gente, aí sem querer eu falei num sei que ‘de bucho inboicado’, aí os meninos ‘o que é bucho inboicado?’ (risos). Aí eu disse ‘ah!’, porque sai, né, assim?”

Informante 33: “Sim, porque é... numa das entrevistas que tinha (sic) perguntas a questão das pessoas que vêm do interior e as pessoas que são daqui, da capital, vamos dizer, né, que são daqui. Você é... tem um... um... principalmente do interior mesmo, que não é da parte urbana, tem um certo preconceito de ser, tipo, uma pessoa menos esclarecida. Aí você percebe que tem um certo preconceito com relação a isso.”

O que nos chama a atenção nessas ocorrências é o fato de os ouvintes que expressaram esse tipo de atitude fazerem parte da mesma comunidade de fala e, ainda assim, “fazerem graça” pelo uso de termos locais que, vez ou outra, eles próprios podem utilizar em determinadas situações conversacionais. Então o que se estabelece nesse cenário? O padrão de língua que vem de cima, isto é, das classes sociais dominantes, leva os falantes a pensarem na noção de “língua correta”. Assim, a utilização de certas formas linguísticas deve sempre ser evitada, mesmo em situação informal.

É isso que faz com que até mesmo pessoas pertencentes a um mesmo grupo social ou local estigmatizem expressões próprias de sua comunidade. Aqui temos um claro caso de relação *reverse*, ou seja, vemos os conterrâneos, nesse caso os amigos da informante, optando pelo distanciamento da coexistência linguística em vez da harmonia linguística. As consequências dessa relação são a geração de um sentimento de desprestígio social e um consequente complexo de inferioridade linguística. É o que observamos a partir da fala “*o português às vezes da gente, acaba com a gente, né?*” (INF. 19).

O comentário do Informante 33, pertencente à Zona da Mata Paraibana, vem somar-se à questão retratada no decorrer das análises, a saber a diferenciação entre o falar da capital e o do interior. O que chama a atenção é que são os próprios falantes que têm realçado esse aspecto, o que nos mostra que há uma percepção quanto a essa distinção. Diante disso, vemos que eles fazem questão de destacar essa dicotomia, isto é, observamos que, em vez de os membros pertencentes à mesma comunidade virem as diferenças linguísticas como complementares, optam por realçar essa oposição, aplicando o fenômeno *reverse*.

Por fim, Milroy (2007) afirma que o estabelecimento e a promoção da noção de língua padrão implicam a ideia de legitimidade, ou seja, a forma padrão se torna a legítima e as demais, na mente popular, ilegítimas. Para garantir essa legitimidade, há uma ampla valorização e difusão em livros, ambientes escolares

e acadêmicos, bem como na mídia. Como consequência, emergem-se as atitudes em relação a uma língua. Em uma associação óbvia, a forma padrão será avaliada positivamente pelo falante, ao passo que a não padrão, ou *substandard*, receberá atitudes negativas. A ideia de legitimidade, portanto, recai no que anteriormente propomos ser o fator externo “pressão social”, pois vemos uma ação promovida pelo desejo coletivo de um grupo isolado que tem como intenção instituir a forma padrão como a legítima.

A partir do que foi até aqui apresentado, propomos a Figura 6.2, visando unir nossa concepção com os conceitos apresentados por Milroy (2007), com a finalidade de ilustrar o processo de padronização de uma língua.

Figura 6.2 – Processo de padronização de uma língua



Fonte: elaborada pela autora.

Nesse sentido, a Figura 6.2 aponta para o processo de padronização de uma língua. Analisando cada um dos fatores que atuam nesse percurso, fica mais fácil entendermos o porquê de a língua ser comumente vista como parte da identidade de uma nação. E aqui também vemos a importância da Sociolinguística, que vem corroborar a correlação que há entre língua e sociedade.

Sendo assim, antes de uma forma linguística se tornar a padrão, ela será submetida a pressões sociais, visando à invariância e à homogeneidade da língua, com vistas a refletir os interesses de um grupo dominante. Essa ação será imbuída

pela noção de diferenciação social, na qual a classe alta promoverá sua forma linguística.

O estabelecimento desses elementos promoverá a noção de correção, na qual grande ênfase será dada à forma “correta”. Essa concepção será reforçada pela autoridade, e, assim, a forma padrão se difundirá pelos meios e pelas instituições educacionais. De maneira subjetiva, o resultado será a atribuição de prestígio à variante padrão e de estigma às demais variantes, perpassando a ideia de que a forma padrão será a legítima. O encadeamento desses eventos resultará na padronização de uma língua.

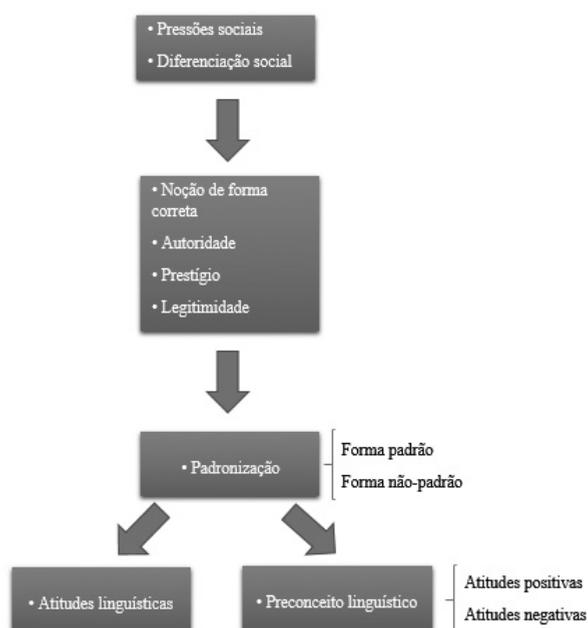
3. AS ATITUDES LINGUÍSTICAS E O PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO: CARA OU COROA?

As pesquisas sobre atitudes linguísticas têm como principal objetivo identificar como falantes de um grupo linguístico avaliam características pessoais e sociais de seus pares ou de falantes de outras línguas ou variedades, tendo como base a fala. Desse modo, podemos dizer que o processo de padronização é um dos principais agentes motivadores das atitudes linguísticas.

Conforme Milroy (2007) pontua, as atitudes linguísticas são dominadas por poderosas posições ideológicas, que são largamente baseadas na suposta existência de uma forma padrão. O referido autor complementa que os falantes não têm consciência de que são induzidos por essas posições, ou seja, eles acreditam que suas atitudes são o senso comum, pois creem que são noções comumente admitidas por todos. Assim, as atitudes positivas ou negativas que alguém tem em relação a uma língua são condicionadas pelo processo de padronização.

Portanto, as atitudes linguísticas são uma das consequências da padronização, isto é, a avaliação que um falante-ouvinte faz em relação a uma determinada língua é fruto do processo de padronização. Assim, acrescentando tais elementos, teremos a seguinte redefinição:

Figura 6.3 – O processo de padronização e seus desdobramentos



Fonte: elaborada pela autora.

Analisando a Figura 6.3, podemos pontuar alguns aspectos. Em primeiro lugar, vemos que a padronização pressupõe uma forma não padrão, ou seja, para cada variante padrão haverá variantes não padrão coexistindo simultaneamente. Essa convivência, no entanto, não será harmoniosa, pois haverá pressões para que uma das formas deixe de existir. Quando isso acontece, ocorre a mudança linguística. Todavia, nem sempre a mudança se efetivará e as formas padrão e não-padrão irão coocorrer.

Outro aspecto observado é que a padronização exerce uma influência direta nas atitudes. O resultado de tal ligação, por conseguinte, pode ser a manifestação de atitudes positivas ou negativas. Assim, podemos apreender que as atitudes das pessoas acarretam resultados comportamentais em decorrência da ligação com os demais componentes da padronização, a saber a noção de forma correta, a autoridade, o prestígio e a legitimidade, que por sua vez estão associados às pressões sociais e à diferenciação social.

4. O PRECONCEITO LINGUÍSTICO E O PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO: O OUTRO LADO DA MOEDA

Os resultados comportamentais fruto das atitudes poderão refletir na maneira como o falante-ouvinte se portará diante de seu interlocutor, ou seja, ele poderá apresentar um comportamento que demonstre interesse ou desdém. É aqui que nascem, portanto, as condutas de preconceito nas diferentes categorias sociais. Desse modo, o preconceito diz respeito a um conceito prévio e individual que temos sobre alguém ou sobre um determinado grupo. No entanto, apesar de ser individual, ele reflete as posições ideológicas propagadas pela cultura da qual fazemos parte.

Na atual conjuntura social, fala-se muito do preconceito sofrido por mulheres, negros, homossexuais e deficientes físicos, mas ainda é pouco mencionado o julgamento que se faz do outro devido à sua forma de falar. Conforme Milroy (2007) menciona, a língua também é uma categoria social, assim como o gênero, a etnia, a religião etc., e a sua discriminação deve ser igualmente combatida.

O preconceito linguístico, portanto, é mais um reflexo da padronização, conforme observamos na Figura 6.3, pois é o resultado do incoerente paralelo estabelecido entre a norma padrão e as variedades linguísticas. Ressaltamos que essa comparação se estabelece de maneira inadequada, devido à “língua ideal” ser a propagada pelas gramáticas e à “língua real” ser a que, de fato, as pessoas usam no dia a dia.

Em nossa pesquisa, ao questionarmos nossos participantes sobre acreditarem que as pessoas são julgadas por sua forma de falar, em todas as quatro mesorregiões a maioria dos informantes respondeu afirmativamente. São dignas de nota as respostas de alguns dos participantes:

Informante 1: “Sim. Por questão da região, se você tem uma uma uma forma de falar assim mais nordestina, acho que tem um maior preconceito do que quem é mais do sudeste, essa parte do Brasil.”

Informante 4: “O arrastado, por exemplo, assim, porque eu já morei no Sul e quando eu fui pra lá eu até sofri um certo preconceito (sic) ficava até chato, assim, porque uns achavam bonito a nossa forma de falar, né, mas outros não, achavam engraçado e muitas vezes ficavam imitando... a forma de falar. E isso me incomodava.”

Informante 9: “Assim, a gente percebe que outras pessoas já passaram por isso, né, experiências de outras pessoas quando estão no Sul, aí são criticadas, né, os nordestinos pela maneira de falar, né?”

Informante 19: “Às vezes. Por exemplo. Eu tenho uma amiga que ela morou..., ela nasceu em Brasília, mas mora aqui já faz mais de dez anos, mas ela fala o sotaque dela é do povo de lá. Ela chia muito e todo mundo fica dizendo que ela tá se amostrando, que já tinha dado tempo pra ela se adaptar aqui, mas não é dela mesmo.”

Informante 27: “Sim. Principalmente os paraibanos, né? Essa fama dos “paraíba”. Acho que (sic) dos paraibanos.”

Informante 28: “Com certeza.”

Por que?

“Principalmente o povo do Sul, assim, acha horrível a voz que a gente fala, né? O arrastado, as gírias muito paraibana, nordestina.”

Informante 30: “Acho que sim, principalmente nordestino, né, o povo tem muito preconceito.”

Uma questão pode ser levantada a partir dessas respostas: o preconceito linguístico em relação ao sotaque nordestino. De acordo com os Informantes 1, 4, 9, 27, 28 e 30, o preconceito regional é uma constante na realidade brasileira. Esse tipo de discriminação ocorre pela associação entre determinada região e o seu modo de falar específico. O termo “*a fama dos ‘paraíba’*” (INF. 27) e as atitudes negativas em relação aos termos dialetais e ao arrastado da fala são exemplos desse tipo de preconceito.

A partir da fala do Informante 4, observamos que ele diz ter sofrido “*um certo preconceito*” e isso o incomodou. A percepção que ele teve de seus ouvintes era de um sentimento pejorativo quanto ao seu falar, pois as pessoas “*achavam engraçado e muitas vezes ficavam imitando*”. Nesse sentido, ao discutir sobre o preconceito contra o nordestino, Alves (1979) assevera:

O preconceito contra o nordestino faz parte de um processo social onde as “diferenças linguísticas” apenas fornecem os dados mais evidentes para a discriminação que lhe é feita. As causas do preconceito estariam, então, a nosso ver, mais nas diferenças de ordem social do que linguísticas. (Alves, 1979, p. 166)

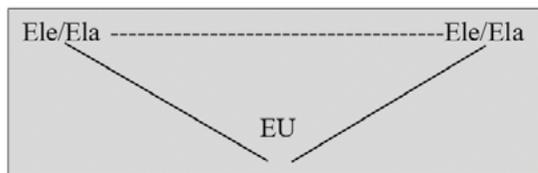
Diante de tais dados, parece que o preconceito que o Informante 4 sofreu dos sulistas em relação ao seu modo de falar nordestino está mais associado a questões de diferenças sociais do que, necessariamente, à variedade linguística em si, corroborando o que propomos anteriormente, a saber o preconceito de cunho linguístico camuflando o social.

No que diz respeito ao Informante 19, ao relatar o caso de preconceito linguístico sofrido por uma colega, notamos um julgamento inverso: os paraibanos avaliando negativamente o falar do outro. É interessante destacarmos que as expressões “*fazia muita piadinha, achavam graça*”/ “*ela tá se amostrando*”/ “*já tinha dado tempo pra ela se adaptar aqui*” só reforçam a ideia de não aceitação da fala do outro. Se analisarmos minuciosamente tais sentenças, o termo “se amostrar” em bom “português nordestino” significa que a pessoa está “querendo ser o que não é” ou “quer ser mais que os demais”. Assim, percebemos um sentimento de inferioridade encoberto. De igual modo, a frase “*já tinha dado tempo pra ela se*

adaptar aqui” reforça esse pensamento, pois é como se o ouvinte paraibano dissesse “você, morando aqui, faz questão de falar diferente para não ser igual a gente”.

Outro dado interessante que constatamos em nossa investigação é que, quando falamos abertamente sobre essa temática, as pessoas parecem não reconhecer que já praticaram ou sofreram esse tipo de preconceito. Com base nessa assertiva, construímos a seguinte representação simbólica:

Figura 6.4 – Representação simbólica do preconceito linguístico



Fonte: elaborada pela autora.

Observando a Figura 6.4, vemos o preconceito linguístico em três vieses: a interação entre os pares representada pelas linhas, sendo a linha pontilhada a representação do preconceito linguístico. Percebemos, então, que para o falante a discriminação só acontece com o outro, isto é, ele próprio não reconhece (ou não acredita) praticar ou sofrer (em sua maioria) preconceito linguístico diretamente. Vejamos a constatação desse fato nas respostas dos participantes da pesquisa:

Informante 2: “Eu creio que não.”

Informante 6: “Não que eu me lembre.”

Informante 21: “Bem, lembro não.”

Informante 23: “Que eu saiba não (risos).”

Informante 32: “Não que eu me lembre.”

Informante 33: “Não, nun.. nunca vivi uma experiência assim, mas eu já ouvi de outras pessoas.”

Informante 35: “Não, comigo não.”

Informante 36: “Não. Que eu saiba, não.”

A partir desses depoimentos, observamos que todos os participantes selecionados seguem a mesma tendência de respostas nas quatro mesorregiões, utilizando, inclusive, os mesmos tipos de construções discursivas. Eles dizem não terem sofrido esse tipo de discriminação, mas, ao mesmo tempo, nenhum deles afirma isso categoricamente. Atribuímos esse tipo de comportamento ao fato de o falante, de maneira consciente ou não, buscar a preservação da própria imagem. Em outras palavras, a maioria das pessoas só reconhece o preconceito linguístico

no contexto conversacional apresentada na Figura 6.4, ou seja, o participante não se inclui na situação. Assim, eles fazem uso de frases como “*não que eu saiba*”/ “*não que eu lembre*” como estratégia de distanciamento da responsabilidade, movidos ou pelo fato de não estarem certos se em algum momento sofreram esse tipo de julgamento ou por não quererem assumir que já foram vítimas.

Olhando por esse lado, os dados apontam para a comprovação da proposição de que o preconceito linguístico ocorre na perspectiva do outro como vítima. Em outras palavras, o falante não acredita (ou não quer acreditar) que ele próprio já tenha sofrido esse tipo de julgamento.

Portanto, vendo o preconceito linguístico como uma resultante do processo de padronização, podemos dizer que por trás do linguístico há um emaranhado de propriedades sociais fomentando tal comportamento, conforme observamos na Figura 6.3. Assim, o que inferimos é o julgamento linguístico mascarando o julgamento social. Ou seja, dizer que o modo de falar de uma determinada pessoa é “feio” ou “bonito” serve apenas como um subterfúgio para julgar o outro por fazer parte de uma determinada classe social, raça, região geográfica ou nível de escolaridade, por exemplo. Portanto, quando avaliamos uma língua, na verdade estamos avaliando o falante dela, e não a língua em si.

5. PARA FINALIZAR, MAS NÃO CONCLUIR...

O presente capítulo teve como objetivo discorrer sobre os aspectos levados em conta no processo de padronização de uma língua, com base nas discussões de Milroy (2007). Partimos da questão da ideologia da língua padrão que, segundo o autor, tem como características a noção de uma forma “correta”, a importância da autoridade, a relevância do prestígio e a ideia de legitimidade. Complementando a proposição do autor supracitado, fizemos um adendo à noção de padronização das línguas e apresentamos os fatores externos que fomentam esse processo, a saber as pressões sociais e a diferenciação social.

No que diz respeito à noção de uma forma “correta”, observamos, no decorrer das entrevistas, uma constante menção sobre a diferença entre o falar da capital e do interior. A fala interiorana é vista como “errada” tanto por alguns habitantes da Zona da Mata quanto pelos próprios moradores das cidades pesquisadas, que “justificam falar o ‘português incorreto’” devido ao fato de residirem no interior paraibano, conforme pontuamos nas análises. Essa questão foi amplamente mencionada pelos paraibanos sertanejos e da região da Borborema, e apenas um informante do Agreste citou esse dado.

O que inferimos dessa constatação é que, no imaginário desses falantes, quanto mais aproximado da capital, “mais correto” o sujeito falará, ou seja, mais próximo da norma culta ele estará e vice-versa. O resultado é exatamente a manifestação de atitudes, nesse caso negativas, e a discriminação com relação ao modo de falar do interior. Esse dado foi comprovado quando alguns falantes da região da Mata apontaram essa questão, enfatizando que eles possuem um falar diferente. (“*Num tenho tanto sotaque do interior não.*” – INF. 35).

Desse modo, temos o estabelecimento do que chamamos de relação *reverse*, pois alguns moradores da Zona da Mata apresentaram essa dicotomia, destacando que não falam como as pessoas do interior. Assim, vemos que, em vez de os membros pertencentes à mesma comunidade verem as diferenças linguísticas como complementares, optam por realçar essa oposição. Essa mesma relação foi aplicada quando alguns informantes da Borborema relataram casos em que seus concidadãos “fizeram graça” ante o falar deles.

Percebemos com isso que as pessoas possuem uma clara atitude de rechaço contra os membros pertencentes ao mesmo grupo, mas que têm um modo de falar diferente da sua comunidade de fala. Como resultado, poderá surgir a manifestação de atitudes negativas por parte dos “falantes da capital” e um sentimento de inferioridade linguística entre os moradores do interior do Estado.

É interessante nos atentarmos para o fato de que esse aspecto foi amplamente mencionado pelos entrevistados do Sertão e da Borborema, mas por apenas uma informante do Agreste. A explicação para esse dado está exatamente na localização geográfica. O Agreste é a mesorregião fronteira da Mata Paraibana, o que justifica seus moradores não terem apresentado essa questão constantemente.

Esses dados recaem sobre a questão do preconceito linguístico. Os participantes acreditam que há preconceito linguístico com relação à fala local, não apenas por parte de falantes de outras variedades, mas também por membros de sua própria comunidade linguística. Todavia, quando comentavam sobre essa temática, apresentavam-na quase sempre na perspectiva do outro como vítima, isto é, não assumiam (ou não queriam assumir) que eles próprios já teriam sofrido esse tipo de julgamento (salvo alguns casos que relatamos nas análises).

Dessa constatação, surgiu o que preconizamos ser a representação simbólica do preconceito linguístico. O falante, de acordo com essa proposição, acredita que atos de discriminação podem ocorrer com outras pessoas, mas não diretamente consigo. O que nos chamou a atenção foram as construções linguísticas por eles utilizadas para responder às perguntas que tratavam sobre o tema; eles modalizavam

suas respostas (não podemos afirmar se de maneira consciente ou não) de forma a os resguardar de assumir o conteúdo do discurso em sua totalidade.

Nesse sentido, o preconceito linguístico como resultado da correlação de todos os fatores externos ao sistema linguístico serve, na verdade, como um subterfúgio para desviar o foco do real conteúdo da discriminação, a saber a realidade social do falante. Foram os próprios entrevistados que deixaram as pistas para tal propositura. Em todos os casos por eles relatados, havia sempre a associação entre o modo de falar da vítima e sua condição financeira, e/ou sua procedência, e/ou seu grau de escolaridade. Assim, cremos que, quando julgamos o modo de falar do outro, na realidade estamos realizando um julgamento de cunho social “disfarçado” de avaliação linguística.

Nesse sentido, o estereótipo do nordestino, informação vigorosamente citada pelos participantes, vem corroborar essa proposição. A forma como a mídia o retrata na maioria das vezes rechaça a figura do nordestino, pois quase sempre o apresenta como pobre e analfabeto.

Esperamos, que as discussões aqui apresentadas os levem a entender algumas questões sobre atitude, padronização e preconceito linguístico e os incentivem a pesquisar e explorar o vasto universo que as envolvem! Vamos embarcar nessa aventura?

6. REFERÊNCIAS

ALVES, M. I. P. M. *Atitudes Linguísticas de Nordestinos em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

FILGUEIRAS, L. A. *Crianças Ribeirinhas e Quilombolas da Amazônia: Crescimento, Determinantes Sociais de Saúde e Políticas Públicas*. Tese (Doutorado em Bioantropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Municípios*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. 2010. Acesso em: 1 fev. 2017.

MILROY, J. The ideology of the standard language. In: LLAMAS, C.; MULLANY, L.; SOTOCKWELL, P. *The routledge companion to sociolinguistics*. New York: Routledge, 2007.

MORAIS E LIMA, P. E. *Atitudes Linguísticas de Paraibanos em Relação ao seu Próprio Falar*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

